

## O Judaísmo nas Beiras (e a génese do discursivismo teórico) em A. N. Ribeiro Sanches (\*)

Pesquisas recentes, efectuadas por nós na Biblioteca Nacional de Madrid, conduziram-nos a um levantamento de novas facetas na obra de A. N. Ribeiro Sanches. Se até aqui, com efeito, investigadores como Willemse, Maximiano Lemos, António Ferrão, Raul Rego, Vítor de Sá (e outros), procuraram *relevar* o Sanches filósofo, judaísante, o pensador de uma nova Medicina, julgamos *encontrar* (ou marcar encontro) com duas das outras facetas do autor. São elas a do homem virado também para os campos da Estética, como a Música ou a Dança — no sentido de contribuir para o enriquecimento dos jovens nobres educandos — bem como a do simples cidadão, natural de uma ignorada vila beirã, que se empenha no conhecimento e na divulgação do pensamento *etnográfico* da sua região.

Quanto ao primeiro desses campos, vem ao nosso encontro a colaboração (ou aproximação de interesses culturais) de Martinho de Mendonça de Pina e Proença com Ribeiro Sanches. Dessa aproximação nasce a influência que virá a ter no autor das «Cartas sobre a Educação da Mocidade» a obra daquele, intitulada «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

No respeitante ao vector *etnográfico* na obra de Sanches, debruçamo-nos, em particular, sobre os seus estudos sobre as águas (termais) de Penha Garcia. Não muito distante desse mesmo pendor vincadamente antropológico situa-se, afinal, toda a problemática cultural *levantada* por Sanches durante a sua estadia entre os tártaros, quando (como médico ao serviço da Côrte Imperial da Rússia) acompanhou os exércitos desse potentado até à Crimeia.

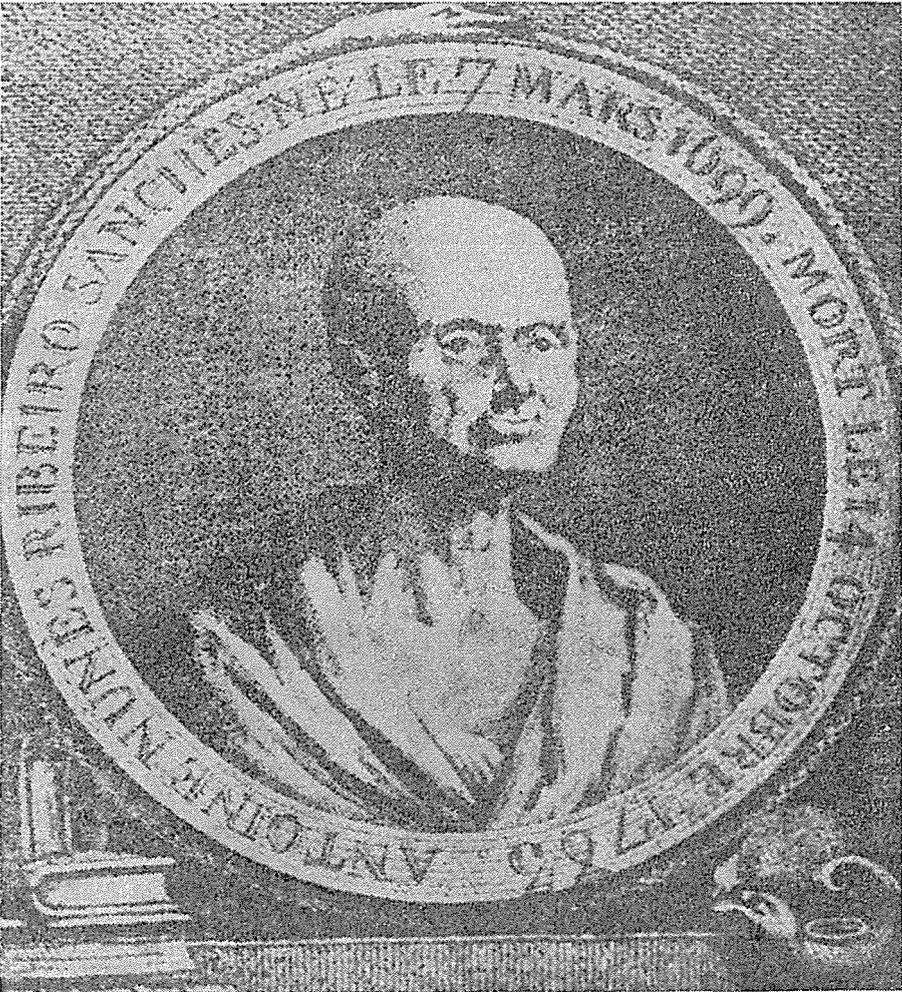
### Um marrano de Penamacor

Vamos deter-nos agora, em particular, sobre a génese do seu discursivismo teórico, ou seja, nos moldes em que para ele foram determinantes as suas estadias, quer em Penamacor, quer, logo de seguida, na Guarda e, mais tarde, em Coimbra, onde frequentou o Colégio dos Nobres.

Descendente de velhos «marranos» de Penamacor, Ribeiro Sanches (que nasceu em 7 de Março de 1699, filho de Simão Nunes e de Ana Nunes Ribeiro), viu decorrer a sua infância no ambiente austero de uma comunidade de características fortemente endogâmicas. Nessa pequena vila da Beira Baixa, tal como noutras aldeias e vilas estremenhas — onde o traço de um judaísmo «vivo» ainda era deveras notório — apresentava-se ainda nesses anos de setecentos às populações locais, de momento a momento, como que o espectro de um medo ancestral, dado o poder e o vigor de uma Inquisição ainda omni-presente e omni-actuante.

Ninguém melhor que Ribeiro Sanches podia descrever com maior grau de precisão esses anos de aprendizagem camuflada, ou de iniciação velada aos velhos

(\*) Este trabalho constitui parte integrante de uma comunicação apresentada pelo autor no Colóquio «Ribeiro Sanches, A Cultura e a Sociedade Portuguesa no Século XVIII» (que decorreu em 1984, em Coimbra, no Museu da Ciência e da Técnica), subordinada ao tema «Contributo ao Estudo dos Componentes Etnográfico e Artístico em Ribeiro Sanches». Este Colóquio foi promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, em colaboração com aquela instituição e a Universidade de Coimbra.



Um dos poucos retratos que se conhecem de Ribeiro Sanches

ritos judaicos <sup>(1)</sup>. Em carta que dirigiu ao dr. Manuel Pacheco de Sampaio Valadares em 15 de Julho de 1735, escrevia o autor da obra «Dificuldades que tem um Reino

(1) Cerca de 50 anos mais tarde Ribeiro Sanches virá a reflectir sobre esta questão em «Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal». Acerca da judiaria de Penamacor, onde vivia a família de Ribeiro Sanches e onde ele próprio nasceu, remetemos para (Introdução de Anita Novinsky), KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, Brasil, 1971, p. 31. Refere aí Kayserling, reportando-se à «Monarchia Luzitana», VII, pág. 524, que «no tempo de D. João I foram dados aos cavaleiros os tributos, antes pagos ao Rei, dos judeus de Penamacor e Lamego... O autor refere ainda, numa outra passagem (*op. cit.*, p. 43), que «a judiaria de Penamacor contava-se entre as maiores do reino», para além das de Lisboa e do Porto e entre as de Miranda, Guarda, Trancoso ou Castro Marim.

velho em emendar-se»: «...Quando tinha 13 anos (em 1712, portanto), deixei a escola latina e, como tinha inclinação para a leitura, lia tudo o que encontrava. Pedia livros emprestados a muitas pessoas, porque na casa onde nasci não havia muitos livros. Tive facilmente ocasião de falar a muitas pessoas de bem e havia entre elas um homem muito nobre e bastante conhecedor de história (chamava-se o Doutor Fr. Taborda Nogueyra), a quem pedi muitos livros.

Lembro-me que encontrei, por acaso, na sua biblioteca, Jozepho «De las guerras civiles de Judea», in-8.º, e pedi-lhe que me emprestasse esse livro. Então, esse homem belo e eloquente disse-me, brincando: «Meu caro pequeno Ribeyro, querês ler as guerras da tua nação?». Não lhe respondi porque ignorava o que ele queria dizer com aquilo. Alguns dias mais tarde, o meu Pai enviou-me à Guarda para aí aprender a tocar a cítara».

Esta revelação — um tanto espantosa e pouco conhecida dos biógrafos daquele clínico — mais não revela do que o interesse que despertava a música para aquela família de cristãos-novos de Penamacor.

Nessa mesma carta de 1735 ao dr. Manuel Sampaio Valadares <sup>(2)</sup>, Ribeiro Sanches adiantava, ainda, acerca da sua vida nesse tempo, supostamente na judiaria da Guarda: «E apesar de habitar em casa de um parente, este confiou-me aos cuidados de um seu amigo velho, homem de vasta erudição. Não tardou a amar-me e começou por me mostrar a história do rei Dom Manuel, escrita por Góis, que me obrigou a ler e a repetir. Este homem era «Cristão-Novo»; tinha tido problema com a Inquisição. Começou a explicar-me que havia «Cristãos-Novos» e «Cristãos-Velhos» e que a origem (dessa distinção), em Portugal, remontava ao ano de 1505. Pouco a pouco me ensinou que eu era um «Cristão-Novo», mas nunca me disse nada acerca da Inquisição ou da Religião. Disse-me várias vezes: «Meu filho, verdade e caridade, é o suficiente para se ser um homem de bem».

Em 1716 chegava Ribeiro Sanches a Coimbra (onde estudaria até 1719) e matriculava-se no Colégio das Artes, dirigido pelos Jesuítas. Perante os «estatutos velhos» daquela escola, sublinha Maximiano Lemos, na sua biografia sanchiana, «a frequência do curso de artes só era exigida aos alunos que se destinavam a Teologia ou Medicina». Somos levados portanto a supôr que Sanches, ao vir para esta cidade, já estava inclinado a seguir esta segunda carreira.

### Os «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre», de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, na génese das «Cartas sobre a Educação da Mocidade», de Sanches

Tendo permanecido na cidade da Guarda, como vimos, até 1716, Ribeiro Sanches aí voltaria — nos seus três anos de estudante universitário coimbrão (1716-1719) — a passar habitualmente as férias.

Nos arredores da Guarda, mais precisamente no lugar de Benespera, conheceu então este estudante — que à altura contava 22 anos — um outro jovem, seis anos mais

---

<sup>(2)</sup> Este correspondente de Ribeiro Sanches vivia na altura em Benavente, vila onde o *nosso médico* exerceu clínica entre 1724 e 1726. Remetemos, a propósito da comunidade judaica guardiense, no seio da qual deverá ter vivido Ribeiro Sanches, para o estudo de RODRIGUES, Adriano Vasco. *Monografia Artística da Guarda* bem como para os de MATOS, Manuel Cadafaz de, *A Judiaria da Guarda*, in «Diário de Notícias», de 26 de Julho de 1984, e de OLIVEIRA, Carlos de, *Apontamentos para a Monografia da Guarda*.

velho do que ele (mas no entanto já muito mais viajado) de nome Martinho de Mendonça de Pina e Proença, descendente do grande cronista Rui de Pina (3).

Ao estabelecer-se entre aqueles jovens uma estreita amizade, Pina e Proença, além de lhe emprestar diversos livros, pôs certamente Sanches ao corrente das suas viagens (feitas desde 1715 até então) por terras da Holanda, França, Alemanha, Hungria e Espanha.

Numa carta que Ribeiro Sanches enviou de Paris a Francisco de Pina e de Melo, datada de 16 de Setembro de 1760 e que nos é apresentada por António Ferrão (4), o nosso pensador afirmava, a respeito de Pina e Proença, que naquele tempo ele lhe «dizia muitas vezes que pensasse sair fora de Portugal para saber o que jamais se pode aprender nele».

Essa missiva, curiosamente, data do período em que Sanches envia para Portugal as suas célebres «Cartas da Educação da Mocidade».

Nessas cartas, em que está sobejamente patente um profundo empenhamento de Ribeiro Sanches na reestruturação do sistema de ensino no nosso país, este autor manifesta-se de certo modo agradabilizado — embora em nosso entender não influenciado nos seus próprios escritos — por uma obra (de vocação pedagógica) da autoria precisamente daquele seu amigo Pina e Proença, editada em Lisboa em 1734, com o título «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

Nas «Cartas sobre a Educação da Mocidade» de Sanches, a presença de Pina e Proença — um tanto em género de sentida (e ali testemunhada) amizade — faz-se sentir por três vezes. Assim, no capítulo «Da Natureza da Educação da Mocidade e do Objecto que deve ter no Estado onde é Nascida», o médico regista, em toda a sua humildade: «Seria supérfluo este trabalho à vista do perfeito livro que compõe aquele grande Português Martinho de Mendonça de Pina e de Proença intitulado «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre»... (5).

Mais adiante, referindo-se a críticas que eventualmente possam vir a ser feitas em relação à reforma do ensino até então vigente em Portugal, Sanches salienta já estar «ouvindo que tantas ciências confundirão o ânimo dos meninos e rapazes, que ou ficarão estúpidos ou que tudo o que aprenderão será tão superficialmente, que toda esta instrução lhe venha a ser inútil».

E reportando-se directamente ao seu antigo amigo da Guarda, comenta, deste modo, que para «o nosso Martinho de Mendonça... a dificuldade não está na capacidade dos meninos; toda ela residirá nos mestres, e se dissipará se souberem ensinar com método e com ordem; pondo diante dos olhos, umas vezes em mapas, outras em tábuas cronológicas, outras em modelos e instrumentos...» (6).

Por sua vez, no capítulo «Em que lugar deve ser educada a Fidalguia e a Nobreza em Portugal», Sanches comenta (ainda a respeito de tal autor) que «milhares de tratados se têm impresso da educação doméstica, e o mais excelente, a meu ver, é o de Martinho de Mendonça e Pina: esta educação pode fazer um rapaz

(3) Esta figura preclara de investigador-viajante viria a notabilizar-se em Lisboa como guarda-inor da Torre do Tombo e membro activo da Academia de História.

(4) FERRÃO, António, *Ribeiro Sanches e Soares Barros — Novos elementos para as biografias desses académicos*, separata do «Boletim de Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, tomo XX, Lisboa, 1936, pág. 47; nessa mesma carta afirmava, a dado passo, o nosso autor: «ao Sr. Martinho de Mendonça devo a inclinação das boas letras, e que com os seus livros e a sua direcção me fez amá-las na idade de 14 anos».

(5) RIBEIRO SANCHES, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, in «Obras», Vol. I, Coimbra, 1959, pág. 286.

(6) *Idem, Idem*, págs. 329-330.

num pio cristão; poderá ser instruído naqueles conhecimentos que dependem da simples memória, mas sempre lhe faltará a emulação que eleva o juízo para se adiantar aos seus iguais (7).

Numa análise à obra «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre» poderemos aquilatar da forma como Martinho de Mendonça de Pina e Proença encara o fenómeno da educação e da arte. Refere, tal autor, com efeito, nesse contexto:

«A ciência e a arte que eu desejaria em um mestre é a ciência do conhecimento do mundo, a arte de tratar os homens, e aquela graça urbana, que se não estuda pelos livros e só se adquire com o trato da gente, assistência das Côrtes ou terras polidas...» (8).

E reportando-se Pina e Proença mais concretamente à função da Arte (neste caso da arte de representação no Ensino), sublinha que a *Comédia* como forma de representação, está associada ao conceito pejorativo de «vício»: «Não faltarão na vizinhança exemplos com que se possa mostrar (a tais jovens), ou a ridicularia e desprezo a que se reduzirão as pessoas que se entregam aos vícios, ou o miserável e desastroso fim que tiveram».

Este autor não deixa, assim, de referir o seu «parecer sobre as comédias, espectáculo que é para a mocidade um disfarçado veneno, que insensivelmente estraga os bons costumes, excitando as paixões que se representam».

E adianta: «Com quanto mais decoro se tratam no teatro os affectos amorosos, tanto mais perniciosa será a sua representação, tirando o horror ao vício para ficar com mais força para as introduzir traidoramente na alma; e se o costume algum dia fizer vulgares os espectáculos, aconselhamos que raríssimas vezes se lhes permita vê-los, e sempre na companhia de pessoa que saiba ao mesmo tempo prevenir ou curar os danos, que infalivelmente causam aos bons costumes» (9).

Referindo-se às várias «artes» que podem contribuir para uma maior higiene do corpo e do espírito, Martinho de Mendonça de Pina e Proença refere, entre outras, a «arte ginástica», o «exercício da espada», a dança e alguns «divertimentos» vários, que adiante enumeraremos. Saliente-se, entretanto, que Ribeiro Sanches, ao elaborar (como veremos adiante) o «plano de uma Escola real portuguesa para ser n'ella educada a Nobreza e a Fidalguia», parece ter bem presentes estas linhas dos «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre».

Mas voltemos a Pina e Proença. Este autor, com efeito, aludindo à importância da dança num sentido pedagógico, revela que esta manifestação artística, «além de dar vigor ao corpo, lhe comunica bom ar e, graças a Deus, está hoje entre as Nações da Europa como divertimento que faz parte da civilidade, e se reputa grosseiro quem a ignorar» (10).

Aludindo, de seguida, à prática de divertimentos vários que possam engrandecer a acção pedagógica junto de um «menino nobre», o académico de Benespera não deixa ainda de pôr em relevo a «conversação», o «passeio», a «agricultura» e a «caça», «ainda que hoje (esta) não seja tão própria imitação da guerra, como nos primeiros séculos (11).

(7) *Idem, Idem*, pág. 340.

(8) PINA E PROENÇA, Martinho de Mendonça, «Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre» (que para seu uso particular fazia), edição original de 1734, Edição na Oficina de Francisco Mendes Lima, Porto, 1761, pág. 132.

(9) *Idem*, págs. 137-138.

(10) PINA E PROENÇA, *Idem*, pág. 225.

(11) *Idem, Idem*, págs. 226-227.

Cerca de 25 anos após a publicação daquela obra capital da bibliografia de Pina e Proença — que Sanches terá recebido em Paris, enviada pelo seu amigo, logo após a publicação — tem lugar a edição das «Cartas sobre a Educação da Mocidade».

Vejamos, assim, como teve origem esse importante trabalho de Sanches que, de qualquer forma, pelo seu conteúdo, em nada se poderá comparar, na sua importância (pedagógica e social), à obra daquele outro autor.

O marquês de Pombal estava longe de conhecer profundamente as questões do ensino em Portugal. Por sua vez, entre os seus colaboradores (revela-nos António Ferrão no seu ensaio dedicado a Ribeiro Sanches (e a Soares de Barros)), não havia quem soubesse a fundo de tal matéria que pudesse elaborar uma abalizada reforma nesse sentido.

Foi assim que, pelo alvará de 28 de Junho de 1759 (pelo qual se procedia à organização dos «estudos menores» do Estado), aquele estadista «legislava acerca do ensino da gramática latina, grega, hebraica e da retórica — tudo precisamente o que era criticado por Ribeiro Sanches, pois tais ensinamentos só preparavam ociosos e parasitas» (12).

Se o marquês de Pombal, esclarece António Ferrão, soubesse do teor de uma carta escrita por Ribeiro Sanches a Pina e Mello nessa altura (mais precisamente em 31 de Julho de 1758) — em que o nosso médico dava já a sua tónica sobre o que deveria ser uma verdadeira reforma de estudos — «possivelmente, a reforma de 28 de Junho de 1759 teria sido revogada ou, pelo menos, muito alterada antes de ser posta em prática». Tal não aconteceu, porém. Só mais tarde é que tal alvará chegou às mãos de Ribeiro Sanches, por intermédio do ministro de Portugal em Paris, monsenhor Salema.

Reportando-se ao facto de as «Cartas sobre a Educação da Mocidade» terem no frontispício a designação de Paris, António Ferrão assegura, de facto (já em 1936), terem elas sido impressas naquela cidade. Tal opinião, que hoje não sofre qualquer tipo de contestação, era em 1966 corroborada por David Willemse (13). Tratando-se, sem dúvida de uma «mistificação, afirma o autor do estudo, *António Nunes Ribeiro Sanches — élève de Boerhaave...*, esta era «indispensável para iludir a censura francesa», dado que era urgente ser recebido em Portugal este projecto de Sanches.

Nessas «cartas», curiosamente, deparamos com algumas alusões de Ribeiro Sanches à problemática artística, mais precisamente no que concerne à música e à dança.

A música — tal como a graciosidade do movimento (que só é possível ser alcançada, no seu estado mais puro, através da grande Arte da Dança) — permite, assim, ao Homem o reencontro consigo próprio, regista Sanches. Permite como que, afinal, encontrar as suas formas próprias de equilíbrio.

A base de tal equilíbrio — e aqui o espírito de Ribeiro Sanches entronca um pouco com a filosofia de Jean-Jacques Rousseau — só vai ser encontrada pelo homem, no entanto, no seio da própria Natureza, na harmonização do espaço rural com o espaço urbano. E, neste contexto, a tese que aqui defendemos é que foi fundamental para a sua teorização de cariz pedagógico, designadamente a que transparece de «As cartas sobre a Educação da Mocidade», a sua vivência nas Beiras e convívio com intelectuais como Pina e Proença.

---

(12) FERRÃO, António, *Idem*, pág. 31.

(13) WILLEMSE, David, *António Nunes Ribeiro Sanches — élève de Boerhaave — et son importance pour la Russie*, Leiden, 1966, pág. 24.

Este autor beirão descendente do filósofo Francisco Sanches, virá a recordar-se, mesmo já no seu «exílio» (na Rússia de então ou, posteriormente, em França) da sua Beira natal. As suas produções teóricas têm, nesse capítulo, um cariz mais etnológico e dizem então respeito, em particular, à recorrência que fazem as populações rurais (e não só) às fontes de águas minero-medicinais.

#### A Etnologia sanchiana e as fontes minero-medicinais beirãs: as termas de Penha Garcia

A questão das águas minero-medicinais, no que respeita à sua localização no território nacional e à sua importância terapêutica, foi analisada de igual modo por Ribeiro Sanches, naqueles seus escritos que hoje se podem conotar com uma pretensão etnológica.

«Nas Cinco Províncias do Reyno, e no dos Algarves se acham», escrevia aquele autor <sup>(14)</sup>, todas as águas minerais que se conhecem na Europa; e se uma vez foram conhecidas, não necessitaríamos das águas de Spa, das de Pymont, das de Bristol e outras muitas que a ignorância e a moda aconselha que delas se use em Portugal...».

E mais adiante o nosso médico refere que «nenhum médico me parece propôs até agora ao Ministério que se deviam fazer banhos nos lugares onde houvesse caldas, e fontes, das águas minerais fritas; e em ambos os lugares edificar casas, e dormitórios, abastecidos de alimentos para serem frequentados pelos enfermos. O Físico-Mor até agora não tomou à sua conta nomear a cada uma destas fontes um médico com obrigação de assistir nelas e um cirurgião desde o mês de Maio até ao fim de Setembro ou Outubro».

Será assim da «incumbência do tribunal da medicina», revela ainda Sanches <sup>(15)</sup>, tomar debaixo da sua inspecção e direcção todas as águas do Reyno e dá-las a conhecer ao público... Tanto que uma sorte de águas minerais estivesse bem conhecida e regrada, por exemplo as Caldas da Rainha, à sua imitação deviam ser regidas aquelas de Chaves, de S. Pedro do Sul e outras muitas conhecidas nos Algarves e mais partes do Reyno».

Importaria, por sua vez, que também se tomassem providências no sentido de mandar edificar estradas que conduzam às águas ou banhos e «estalagens com camas, abastecidas de comestível».

Esta preocupação de Ribeiro Sanches pela problemática das águas medicinais já vem desde há muitos anos atrás. Antes de partir para o estrangeiro, com efeito, Ribeiro Sanches havia escrito a sua «primeira obra — que ficou manuscrita (mas da qual restam felizmente vestígios) — intitulada «Discurso sobre as águas de Penha Garcia», localidade não muito distante de Penamacor, onde nasceu.

Na sua obra «Arquipélago Medicinal» <sup>(16)</sup>, Fonseca Henriques dá-nos um testemunho, verdadeiramente esclarecedor, das considerações de Sanches sobre estas águas medicinais. Tal riqueza hidro-terapêutica está hoje na origem de ali se terem criado as Termas de Monfortinho, estância a que (como tantas outras) hoje está associada a indústria do turismo.

<sup>(14)</sup> RIBEIRO SANCHES, «Obras» de A. N. Ribeiro Sanches», Coimbra, 1961, pág. 72.

<sup>(15)</sup> *Idem, idem*, pág. 73.

<sup>(16)</sup> HENRIQUES, Fonseca, *Arquipélago Medicinal*, págs. 45-46 transcrito por Maximiano Lemos, «História da Medicina em Portugal», Lisboa, 1899, pág. 69.

Nesse seu ensaio revela Fonseca Henriques: «O doutor António Ribeiro Sanches, médico de bom engenho e letras, assistindo na vila de Salvaterra, teve para si que esta água passava por minas de ouro, não negando que corre pelos ditos minerais de ferro e enxofre; sobre o que fez um discurso agudo e curioso. Assim como é certo que pelo calor, pelo cheiro e pelo sabor da água se reconhece o enxofre e o ferro, assim é também certo que os outros minerais se não podem conhecer por discurso, senão por experiências. Se houvera quem usasse desta água com arte e lhe observasse curiosamente os efeitos, então se poderia vir em conhecimento dos minerais que lhe dão as virtudes, que sem dúvida são muitas e tão eficazes, como atestam os referidos prodígios; a cuja fama, desde Julho até ao fim de Setembro, há grande concurso de gente a tomar banhos nesta fonte; o que fazem sem arte, sem regimento e sem comando; porque como aquele sítio é deserto e não há casa de banhos, nem médicos e enfermeiros que os governem, cada qual usa deles como lhe parece, e saindo do banho não tem mais abrigo que as sombras das árvores, que ali são muitas, ou algumas barracas que da sua rama fabricam. Tomam dois banhos ao dia, de manhã e à tarde; e cada um deles de uma até duas horas e não passam de dezoito banhos. Nos achaques internos, como são obstruções do mesentério e afecções hipocondríacas, bebem desta água com grande utilidade. O dito Doutor António Sanches, que deveu grande benefício a esta fonte, porque lhe serviu de remédio de uma gota rosada quando pequeno e de uma hipocondria depois de adulto, notou curiosamente que no estio, quando o sol no meio dia tem chegado ao seu zenit, está frigidíssima esta água e que ao sol posto torna à sua tepidez que de manhã conserva».

Durante a sua visita ao nosso país na década de vinte desse século, Charles Frédéric de Merveilleux verificou também, por seu lado, a existência de algumas valiosas fontes de águas minero-medicinais.

No seu estudo «Memórias Instrutivas sobre Portugal-1723/1726» (17), aquele escritor refere: «Em Portugal encontrei várias fontes de águas minerais de toda a espécie e, até, como as de Schwalbach, na Alemanha. Estas últimas são muito convenientes aos portugueses para lhes acalmar a excessiva vivacidade, os espíritos vitais e purificarem o sangue, do que, aliás, estão muito necessitados. Mas são estas águas outros tantos tesouros a crescer aos outros tantos dons e tesouros que os portugueses deixam sepultados nas entranhas da terra».

O trabalho de Ribeiro Sanches sobre as águas minero-medicinais de Penha Garcia dão-nos já, no primeiro quartel do século XVIII, a real dimensão de um homem que vê o termalismo como uma valorização do interior (já então desprotegido) do país.

#### MANUEL CADAFAZ DE MATOS

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

---

(17) MERVEILLEUX, Charles-Frédéric, *Memórias Instrutivas sobre Portugal — 1723/1726*, in «O Portugal de D. João V visto por três forasteiros», Biblioteca Nacional, série Portugal e os Estrangeiros, Lisboa, 1984, pág. 192.

Para BRAZÃO, Eduardo, *D. João V, Subsídios para a História do seu Reinado*, Portucalense Editora, Porto, 1945, pág. 18: «A Merveilleux, notável naturalista francês, encarregou D. João V, de escrever a história natural do nosso país». Nesse mesmo período encarregou tal monarca, a Bernardo Santucci, da tarefa de ensinar anatomia no Hospital Real de Lisboa. Vide, a respeito de Santucci em Portugal, LIMA, J. Pires de, «Bernardo Santucci e a nomenclatura anatómica portuguesa», in «Estudos Italianos em Portugal», 2, p. 310 e segs.